



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Pereira Goss, Karine

Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes
negros no Brasil

Ciências Sociais Unisinos, vol. 45, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 114-124

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93812726003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil

Rhetoric in dispute: The intellectual debate regarding the affirmative action policy for black students in Brazil

Karine Pereira Goss¹
karinepereiragoss@yahoo.com.br

Resumo

A implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras gerou um intenso debate em diversos campos sociais. As discussões sobre essas políticas mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a intelligentsia nacional. Em paralelo ao debate instalado na mídia a partir de 2002, iniciou-se uma disputa acadêmica em torno do tema. Entender o porquê dessa disputa entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal deste estudo. Para isso, analisam-se as principais proposições apresentadas por cientistas sociais, mais precisamente, representantes da antropologia e da sociologia. Constatam-se, pelo menos, duas posições bem demarcadas a respeito do tema: os intelectuais contrários e aqueles que se posicionam favoravelmente às políticas de ação afirmativa. O primeiro grupo desenvolve argumentos de oposição às ações afirmativas e postula uma retórica denominada de conservadora, o segundo defende as políticas e adota uma retórica progressista. Os argumentos propostos por esses dois conjuntos de intelectuais são analisados a partir de uma tipologia criada por Hirschman (1992), que delimita três teses da retórica conservadora. Essas teses foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, em diferentes épocas, e constituem políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas: a tese da perversidade, a da futilidade e a de ameaça. Para cada tese da retórica conservadora, o autor elabora contrapartidas progressistas, originando, dessa forma, pares que se contrapõem e se complementam. É possível concluir que as duas retóricas em embate refletem posturas diferenciadas dos intelectuais em relação à ciência e à política. Além disso, os partidários das duas retóricas partilham de concepções diversas sobre conceitos importantes utilizados nas ciências sociais brasileiras, especialmente o de raça e o de mestiçagem. Tanto a vinculação dos intelectuais com a ciência e com a política, quanto as matrizes teóricas que usam para explicar a nação incidem sobre seus posicionamentos relativos à implantação de ações afirmativas para estudantes negros no Brasil.

Palavras-chave: ação afirmativa, estudantes negros, intelectuais, retórica progressista, retórica conservadora.

Abstract

The implementation of affirmative action politics for black students in the Brazilian public universities has generated an intense debate in several social spheres. The discussions on the affirmative action politics have not only mobilized organized actors of the Brazilian

¹ Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (UFSC) e Supervisora Educacional da Secretaria de Educação a Distância (UFSC).

civil society as well as the national intelligentsia. In parallel to the debate installed in the media from 2002, an academic dispute around the subject was also initiated. To understand the reason of the dispute between the Brazilian intellectuals on the necessity or not of these politics application constitute the main objective of the research. For this, the main proposals presented for social scientists, more specifically anthropology and sociology representatives will be analyzed. It has at least two well demarcated positions in social sciences regarding the subject: intellectuals contrary to the affirmative action politics and those favorable of. Their arguments will be analyzed from a typology created for Albert Hirschman (1992). The authors who develop arguments in opposition to the affirmative actions are partisan of a called rhetoric of conservative, while the ones that defend such politics are classified as partisan of a progressive rhetoric. Hirschman delimits three thesis of the rhetorical conservative that have been elaborated by intellectuals, many of them social scientists, at different times, evaluating politics as progressive and/or reformist: the thesis of perversity, the thesis of futility and the thesis of threat. For each thesis of the rhetorical conservative, the author elaborates progressive counterparts, originating pairs that oppose and complement each other. It is possible to conclude that the two rhetorics in shock reflect differentiated positions of intellectuals in relation to science and politics. Moreover, the partisans of the two rhetorics share diverse conceptions regarding important concepts used in Brazilian social sciences, "race" and of "mestization". As much as the entailing of the intellectuals to science and the theoretical matrices they use to explain the nation lies on their relative different positioning to the affirmative action implementation for black students in Brazil.

Key words: affirmative action, black students, intellectuals, progressive rhetoric, rhetorical conservative.

Introdução²

As políticas de ação afirmativa ganharam visibilidade no Brasil, principalmente, a partir do fato de a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNF) terem adotado cotas para estudantes negros no vestibular de 2003, em decorrência da aplicação de uma lei estadual. O acontecimento ganhou evidência imediata nos meios de comunicação de massa, o que tornou possível observar uma postura extremamente parcial, num primeiro momento, tanto nas matérias de jornal quanto nas reportagens de televisão.

Assim, a implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras gerou um intenso debate em diversos campos sociais. As discussões mobilizaram os atores organizados da sociedade civil brasileira e também a *intelligentsia* nacional.

Entender o motivo dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros, sobre a necessidade ou não de aplicação dessas

políticas, constitui o objetivo principal deste trabalho. Para isso, são analisadas as proposições apresentadas por cientistas sociais, mais especificamente, representantes da antropologia e da sociologia. Nesse sentido, constata-se, pelo menos, duas posições bem demarcadas, nas ciências sociais, sobre o tema: os intelectuais contrários e aqueles que se posicionam favoravelmente às políticas de ação afirmativa. Os argumentos de ambos os posicionamentos são analisados mediante a tipologia criada por Hirschman (1992). Os autores que desenvolvem argumentos em oposição às ações afirmativas são partidários de uma retórica denominada conservadora, enquanto os que defendem tais políticas são classificados como postulantes de uma retórica progressista. Hirschman (1992) delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, em diferentes épocas, em relação a políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese de ameaça. Para cada tese da retórica conservadora, o autor elabora contrapartidas progressistas originando, dessa forma, pares que se contrapõem e se complementam.

² Trabalho elaborado a partir da tese de doutorado: "Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil", defendida em março de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e teve como objetivo mapear os principais argumentos elaborados pelos intelectuais brasileiros, especialmente cientistas sociais, em relação às políticas de ação afirmativa. Foram utilizados como fontes de pesquisa, livros, periódicos de circulação nacional, revistas e publicações especializadas. Além disso, foram transcritas fitas de palestras que tratavam sobre o tema em encontros acadêmicos, seminários sobre ações afirmativas, além de gravações de audiências na Câmara Federal e no Senado. Os dados foram coletados a partir do ano 2000, embora seja a partir de 2003 que a discussão tenha se tornado mais presente nos meios de comunicação. Os principais jornais utilizados foram: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

Neste artigo, são examinadas as posições dos intelectuais brasileiros sobre as políticas de ação afirmativa, considerando-se a relação que mantêm entre suas posturas no interior do campo científico e seus posicionamentos políticos. A partir da análise de Hirschman (1992) a respeito de três momentos específicos da história ocidental, a revolução francesa, o sufrágio universal e o *welfare state*, pode-se observar como a retórica conservadora foi organizada, de forma mais ou menos consciente, em oposição a essas transformações. A tipologia criada por Hirschman (1992) é utilizada para a análise e a classificação dos argumentos contrários às cotas para estudantes negros. Após a análise da retórica conservadora, é tratada, especialmente, a retórica progressista.

Intelectuais, campo científico e campo político

São os diferentes agentes do campo científico – cientistas, técnicos, intelectuais e pesquisadores, entre outros – que utilizam a retórica na composição de seus argumentos. A retórica, portanto, torna-se um instrumento importante de manutenção das posições dentro e fora do campo, na intenção de atrair aliados e convencer os mais diversificados auditórios. Com efeito, o campo científico não está imune à influência política e os agentes que atuam no campo têm, a todo o momento, necessidade de assumir posições e defender seus pontos de vista, ainda que de forma não explícita, conforme sugere Bourdieu (2003).

A noção de campo científico implica o entendimento de que há uma lógica própria de configuração da ciência, que lhe confere certa autonomia em relação a outras esferas. No caso deste trabalho, é relevante a análise da constituição do campo científico, particularmente o das ciências sociais, pois, no debate sobre a implementação de ações afirmativas no ensino superior no Brasil, os intelectuais contrários e favoráveis a essas medidas sustentam opiniões divergentes, tanto em relação ao papel da ciência quanto na defesa de suas posições no interior do campo e fora dele. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre o campo científico e distinguir a sua vinculação com outros campos, como o da política.

Uma das principais características do campo científico é o uso da retórica. Ela é utilizada, justamente, como um instrumento na luta pelas posições de poder no interior do campo. Santos (1989,

2000, 2004, 2005) e Latour (1994, 2000) afirmam que a ciência é uma atividade retórica porque procura atingir, em última instância, o convencimento e a persuasão. A delimitação de elementos da atual configuração do campo científico brasileiro, com ênfase nas ciências sociais, procura demonstrar que existem, pelo menos, duas formas de retórica em disputa, com relação às políticas de ação afirmativa: uma retórica conservadora e outra progressista.

Os conflitos intelectuais presentes no campo científico sempre comportam, na interpretação de Bourdieu (2004), uma dimensão política e uma dimensão científica. Assim, essas duas dimensões devem ser consideradas quando são analisadas as forças e os agentes em disputa no campo. Aquelas posições que procuram manifestar uma ausência de ponto de vista ou, segundo Bourdieu (2004, p. 45), que aparentam uma "pretensão absolutista à objetividade", devem ser situadas e relacionadas às demais tomadas de posições. Não se pode pensar, portanto, em termos de uma neutralidade de ações, porque todas as ocorrências indicam uma série de interesses em jogo.

A relação entre os intelectuais e a política permanece relevante no cenário nacional, pois a discussão sobre a implementação das cotas vem, mais uma vez, confirmar a importância das posições dos intelectuais sobre temas importantes da vida nacional. Intelectuais contrários e favoráveis às ações afirmativas no ensino superior público brasileiro assumem posições diferenciadas em relação ao seu papel. Enquanto os primeiros argumentam que suas opiniões são sustentadas pela ciência e, por esse motivo, mais isentas, os segundos são questionados pelos primeiros em sua postura, por fazerem alianças com representantes do movimento negro. Ambos os grupos elaboraram manifestos³ entregues aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, demarcando seus posicionamentos perante a questão das cotas nas universidades e ao Estatuto da Igualdade Racial.

As relações entre ciência e política aparecem como um pano de fundo importante no debate sobre as cotas para estudantes negros no Brasil. Investigar como os intelectuais representantes da retórica conservadora e da retórica progressista compreendem seus próprios posicionamentos dentro desse debate é fundamental para um melhor entendimento da disputa, já que, em cada um desses lados, encontram-se em jogo formas diferentes de relacionamento com o Estado brasileiro e as políticas que este tem implementado.

³ De acordo com Bobbio (1997), o manifesto tem sido uma das principais formas pelas quais os intelectuais têm assumido publicamente seu engajamento político. No dia 29 de junho de 2006, foi entregue o manifesto *Todos têm direitos iguais na República Democrática* (contrário à aplicação das cotas e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial), no gabinete do então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a ele e ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), pela antropóloga Yvonne Maggie, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pelo militante negro José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista (MNS). O texto foi assinado por 114 pessoas, a maioria pesquisadores e acadêmicos, e foi publicado em vários jornais e em páginas da internet. Cinco dias após, outro grupo, favorável às ações afirmativas, elaborou o *Manifesto em favor das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*. O manifesto foi redigido por Alexandre do Nascimento – Membro da Coordenação do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) –, por Frei David Raimundo dos Santos – Diretor Executivo da Rede de Pré-Vestibulares Comunitários: Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) – e por José Jorge de Carvalho – Professor de Antropologia da UNB e um dos propositores do projeto de ação afirmativa desta universidade. O manifesto foi entregue para os mesmos representantes da Câmara Federal e do Senado e assinado por mais de 300 pessoas – pesquisadores da área de ciências humanas e sociais e representantes de movimentos sociais – de diversas regiões do país.

A retórica conservadora no pensamento acadêmico brasileiro em relação às políticas de ação afirmativa

Um dos mais importantes estudos sobre o desenvolvimento da retórica conservadora foi realizado por Hirschman (1992). O autor examinou como os argumentos caracterizados como reacionários foram elaborados de forma muito semelhante em diferentes períodos históricos e em relação a três momentos em que ocorreram avanços avaliados como progressistas. A primeira reação conservadora foi o movimento que se opôs à Revolução Francesa. A segunda resposta reacionária veio com a oposição ao sufrágio universal. E, por fim, na sequência indicada por Hirschman (1992), encontra-se a crítica reacionária ao *Welfare State*. O objetivo desse estudo foi delinear os tipos de argumentos utilizados por aqueles que, de alguma forma, desejavam se opor e, inclusive, derrubar políticas e/ou medidas de caráter progressista, reformista ou revolucionário. Assim, o autor delimita três teses da retórica conservadora, elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, nessas diferentes épocas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça.

A polêmica instalada no campo acadêmico brasileiro a respeito do tema das cotas raciais – demarcando uma divisão entre opositores e defensores – e a semelhança dos argumentos desenvolvidos em cada um desses polos com aqueles encontrados no estudo efetuado por Hirschman (1992) justificam a utilização da proposta analítica do cientista político. Com isso, deseja-se demonstrar que, no campo acadêmico brasileiro, existe uma potente retórica conservadora que se opõe às ações afirmativas, mais especificamente à política de cotas para estudantes negros no ensino superior.

Inúmeros intelectuais brasileiros escreveram e se pronunciaram sobre o tema desde o início da discussão desta temática. Porém, alguns nomes se destacam, especialmente na antropologia brasileira, em oposição às ações afirmativas e/ou, pelo menos, na forma como essas vêm sendo encaminhadas no país. Entre os autores que se opõem às cotas para estudantes negros, podem-se citar o antropólogo Peter Fry (UFRJ), a antropóloga Yvonne Maggie (UFRJ), a antropóloga Eunice Durham (USP), a antropóloga Lilia Schwarcz (USP), o cientista político Marcos Chor Maio (Fundação Oswaldo Cruz), o antropólogo Ricardo Ventura Santos (UFRJ e Fundação Oswaldo Cruz), a historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo (UNICAMP), a historiadora Mônica Grim (UFRJ), o historiador Manolo Fiorentino (UFRJ) e o articulista do jornal *Folha de São Paulo* e geógrafo Demétrio Magnoli, entre outros.

A tese da perversidade

Com relação à tese da perversidade, seus defensores afirmam que as mudanças advindas de medidas que visam a algum

tipo de transformação na sociedade, em vez de levar a sociedade a determinada direção, levam exatamente à direção contrária. A ação produzida gera uma cadeia de consequências imprevisíveis e não intencionais que provocam o oposto do que se deseja alcançar. Esse argumento, segundo a avaliação de Hirschman (1992), é bastante eficaz para o convencimento do público em geral. A invocação desta tese é uma das principais características da retórica conservadora. O efeito perverso representa um ato extremo do que Hirschman (1992, p. 37) classifica como consequências involuntárias. Tais consequências involuntárias tiveram seu sentido deslocado, pois, se inicialmente elas denotavam o significado de imprevistas, passaram a adquirir um sentido negativo de, em última instância, indesejáveis.

No caso das políticas de cotas, a tese da perversidade tem sido constantemente repetida. Entre os autores que a utilizam, afirma-se que as cotas, em vez de contribuírem para a eliminação, incitam mais ainda o racismo. Esta é a opinião expressa por Peter Fry:

Todos nós gostaríamos de ver as universidades públicas cada vez mais multicoloridas (as privadas já são). Também acredito que a maioria quer que o Brasil elimine o racismo de tal jeito que a discriminação racial e o medo dela deixem de ferir tanto. Mas a "solução" das cotas vai aumentar os problemas e não diminuí-los. Alguém realmente acredita que é possível corrigir as desigualdades raciais grosseiras a custo zero aos cofres públicos? O Verdadeiro custo será a consolidação do racismo, não o fim do racismo (Fry, 2003, grifo desta articulista).

A tese da futilidade

A tese da futilidade difere da anterior no que tange ao tipo de mudança que se processa. Neste caso, não se antevê um retrocesso ou um efeito devastador para a sociedade como um todo, mas a mudança é considerada puramente cosmética, de fachada, pois não ataca as estruturas profundas da sociedade.

Apesar de os argumentos da tese da futilidade parecerem, de acordo com Hirschman (1992), mais amenos do que os da tese da perversidade, eles são mais insultuosos. No primeiro caso, se critica a direção que determinada ação toma, restando sempre a esperança de que seja obtida a direção adequada, porém, no segundo, quando se demonstra que a medida não terá eficácia alguma, ocorre a desmoralização dos defensores da mudança e a subestimação das possibilidades de transformação. A tese da futilidade representa, portanto, uma crítica à própria intenção de mudança, porque não se pode mudar aquilo que não pode ser mudado. É neste ponto que essa tese difere bastante da tese da perversidade. No caso desta última, o mundo é visto como sujeito a mudanças, volátil, com a possibilidade de um determinado movimento levar, consequentemente, a efeitos imprevistos e a contramovimentos insuspeitados (Hirschman, 1992, p. 65). No caso da tese da futilidade, o mundo é visto como uma estrutura que evolui segundo determinadas leis, as quais as ações humanas são incapazes de alterar. Nas palavras de Hirschman (1992, p.

65), há uma atitude de refutação desdenhosa que se assume em relação à sugestão de que a realidade pode ser passível de algum tipo de mudança.

Os argumentos citados por vários autores das ciências sociais brasileiras e por outros especialistas podem ser lidos novamente por meio da tipologia criada por Hirschman (1992). As cotas são vistas como algo que não vai alterar a realidade da educação no país, pois o problema não está na educação superior e sim no ensino básico. Deve-se ir à raiz do problema e não atacá-lo naquilo que é aparente apenas. As cotas são avaliadas como medidas paliativas, que não resolvem o principal problema da educação brasileira: uma boa escola pública que proporcione a todos a oportunidade de concorrer a vagas para o ensino superior. Além disso, essa medida incide, de acordo com Durham (2003, p. 4), "sobre uma das consequências da discriminação racial e da desigualdade educacional sem que estas, em si mesmas sejam corrigidas". A melhor qualidade do ensino básico é uma das soluções apontadas por Azevedo (2004, p. 63) para combater o racismo no Brasil e não a adoção de cotas:

É possível lutar contra o racismo no Brasil, ignorando-se a dimensão do problema do analfabetismo e baixos níveis de escolaridade da população brasileira? Não seria preciso concentrar forças na recuperação das escolas públicas de ensino fundamental, bem como na sua expansão para toda a população brasileira?

A posição de Maggie (2006, p. 3) também se situa no horizonte de que as cotas não vão resolver problema algum. Em resposta a uma entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, ela se refere ao aumento de vagas como forma de resolver o problema do acesso ao ensino superior.

Nós temos, nas universidades públicas, um grande potencial de abertura e de ampliação dos cursos. Por que não abrimos mais vagas? Temos professores e temos salas de aula suficientes para termos mais alunos. O problema não é colocar pessoas para dentro da universidade, é fazer elas se formarem. Estabelecer cotas é trocar seis por meia dúzia.

Outra importante característica da tese da futilidade é conceder caráter científico aos seus argumentos. Tal feito foi realizado por alguns cientistas sociais italianos, como Pareto por exemplo. Segundo Hirschman (1992), esse autor concedeu, aos seus achados estatísticos a respeito da distribuição de renda, um caráter de lei natural. Sua conclusão foi de que seria inútil, senão fútil, tentar modificar um aspecto básico e invariante da economia, como é o caso da distribuição de renda, por meio de taxaço, expropriação ou qualquer tipo de legislação de bem-estar social. A maneira correta de melhorar as condições de vida da população mais pobre é, portanto, aumentar a riqueza total. No caso do debate sobre cotas, não se recorre a uma lei para

comprovar a ineficácia da política, mas se apela à ciência como se esta fosse o tribunal dos tribunais que, por ser detentora de um exercício disciplinar e neutro, é capaz de decidir os melhores rumos para a sociedade brasileira.

Além do papel da ciência, também está em jogo, nesse debate, a relação entre os "lugares de enunciação do cientista e do político-militante" (Anjos, 2005, p. 232). Nesse sentido, questiona-se até que ponto é possível ser científico sem deslizar para posições políticas, mesmo quando se toma a isenção como regra.

Azevedo (2005), historiadora, assegura que os pesquisadores e os professores de História são receptivos aos apelos político-militantes, com vistas à reconstrução de uma história das raças, isto é, a uma reescrita desta, a qual toma como principal proposição a história de afirmação das identidades. Para ela, esses cientistas pecam ao imporem suas próprias fronteiras militantes à pesquisa histórica.

Como historiadora, eu diria que, tal como no caso dos antropólogos, analisado por Maio e Santos, também os professores e pesquisadores de história não escapam hoje aos apelos político-militantes para que eles se tornem especialistas em raça. A defesa de uma reescrita da história, o que não seria nenhuma novidade entre historiadores que se formaram sob a dupla herança da escola dos Annales e da teoria crítica marxista, assume feições devastadoras quando se reduz à proposição de uma história das identidades.

Nessas histórias em separado, ou seja, a história do negro, história do branco, história do índio etc., ganha a cena a visão autoritária de quem pretende que as suas próprias fronteiras militantes se imponham na pesquisa histórica, cegando o pesquisador para quaisquer possibilidades que não as identidades primordiais, fixas e imutáveis inventadas pelos velhos teóricos das raças e, hoje, tristemente ressuscitadas por uma corrente do antirracismo (Azevedo, 2005, p. 224).

A acusação de comprometimento político dos intelectuais favoráveis às cotas é descrita da seguinte forma reducionista por Fry (2006b), em entrevista ao jornal *Liberal*: "Não é todo mundo que pensa o Brasil como um país dividido nessas duas categorias [negros e brancos]. Essa noção é, sobretudo, de certos intelectuais e militantes do movimento negro". Fry (2005, p. 223) também faz referência ao "crescimento paralelo de um movimento negro articulado que, em geral, tem-se aliado fortemente aos pesquisadores acadêmicos".

A denúncia de Fry (2006b), a respeito da aliança de alguns pesquisadores com o movimento negro, está alicerçada em sua pressuposta posição de acadêmico, pois não considera sua postura como política. Seu pronunciamento na 58ª Reunião Anual da SBPC⁴, em Florianópolis, é exemplar:

Eu não vou bater pé sobre nenhuma plataforma política, Deus me livre, eu sou universitário, tenho as minhas convicções que

⁴ Transcrição integral da fita – feita pela pesquisadora Karine Pereira Goss – da Mesa Redonda promovida pela ABA: *As novas inflexões raciais no Brasil. 58ª Reunião Anual da SBPC*. Sexta-feira, 21/07/2006 – 16h – Auditório Laranjeira: Centro de Cultura e Eventos – UFSC.

vêm da minha antropologia e apenas gostaria de terminar dizendo que eu tenho uma posição duvidosa em relação a isso, duvidosa porque eu não tenho certeza de nada [...] Tenho pavor de certeza, da agressão, da agressividade, da desqualificação, tenho pavor disso, porque sou acadêmico, eu não sou político (Fry, 2006a).

O antropólogo, apesar de ter ajudado a formular um manifesto contra esse tipo de política pública, o qual foi entregue ao presidente da Câmara Federal e ao presidente do Senado, não avalia a sua atitude como um ato político, mas acadêmico, pois suas convicções não são suas, mas da sua antropologia. Sua retórica constrói-se no sentido de se afastar de um comprometimento político e apelar para sua condição de intelectual e acadêmico.

Ainda em relação à tese da futilidade, uma última característica revelada por Hirschman (1992) se refere à possibilidade de conjunção de argumentos radicais e conservadores. De acordo com a proposição do autor, pessoas que utilizam argumentos radicais ou marxistas, muitas vezes, censuram aqueles caracterizados como progressistas ou reformistas, por ignorarem as estruturas básicas da sociedade. Ainda seguindo o raciocínio de Hirschman (1992, p. 59):

Mas não seria a primeira vez que os ódios compartilhados forjam estranhas camaradagens. O ódio compartilhado, neste caso, é dirigido contra a tentativa de reformar alguns aspectos negativos ou injustos do sistema capitalista, por meio da intervenção e programas públicos. Na extrema esquerda, tais programas são criticados por temor de que qualquer sucesso que venham a ter diminua o zelo revolucionário. Na direita, eles são submetidos à zombaria e críticas porque qualquer intervenção do Estado [...], é considerada uma interferência nociva ou fútil em um sistema que supostamente se autoequilibra.

Alguns intelectuais que se consideram de esquerda, bem como certos setores da sociedade – como algumas vertentes da esquerda e da extrema esquerda – são contrários à aplicação de políticas de cotas, porque esse tipo de procedimento não ataca os problemas que existem nas estruturas sociais básicas. Segundo a avaliação desses pensadores, tais problemas estão intrincados no sistema de exploração capitalista. Conforme essa visão, o principal problema do Brasil é a desigualdade social, analisada por meio de uma perspectiva de classe. Se essa questão fosse resolvida, não haveria necessidade de políticas específicas voltadas para a população negra.

Em entrevista ao jornalista Alexandre Garcia, no dia 30 de agosto de 2006, em um programa da *Globonews*, o representante do *Movimento Negro Socialista*⁵, José Carlos Miranda faz referência

a essa "estranha camaradagem". A retórica conservadora une-se à retórica de esquerda, em oposição à implementação das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. A seguir, seguem trechos da entrevista:

[...] a maioria do movimento negro apoia as cotas, abandonou a luta por uma sociedade igual, igualitária.

[...] o sistema de cotas. Isso só levaria a uma situação de conflito e de oposição entre negros e brancos. A entrega do nosso manifesto, a participação do Movimento Negro Socialista [...] escancarou essa situação para toda a sociedade.

[...] Eu, enquanto militante negro, digo o seguinte: ele vai pegar [o sistema de cotas] os negros mais preparados, os que têm mais sorte, os mais cultos, inclusive, alçar eles, em vez de preparar a luta do nosso povo para que melhore todo o povo negro e pobre e os brancos também, em vez de liderar esse movimento, ele [o negro] vai ser alçado a morar em Moema, a ser integrado pelo sistema, não combatendo a desigualdade.

A posição de Miranda (2007) está ancorada em um discurso que avalia as políticas de ação afirmativa como políticas restritas a grupos específicos, e que, por esse motivo, restringe o caráter universal das lutas de classes.

A tese da ameaça

A última tese relativa à retórica conservadora é a da ameaça. Esta tese é a que mais aparece nos depoimentos e artigos dos intelectuais contrários às ações afirmativas. Essa terceira forma discursiva assegura que a mudança, mesmo que desejável, tem custos e/ou consequências que não podem ser aceitos. Há componentes perigosos que inevitavelmente surgem com a aplicação de certas medidas. No caso das cotas, alguns autores como Fry e Maggie apontam que essa é uma política de alto risco, porque institui, em âmbito federal, o negro como figura jurídica. Com isso, em vez de se ignorar a raça como critério de classificação e de concessão de direitos, o Estado entroniza-a como forma de definição social, provocando a divisão do país em grupos raciais distintos. Conforme os dois autores, esse tipo de ação traz mais dor do que alívio aos problemas que pretende resolver. Essa é também a apreciação de Durham (2003, p. 7), conforme se pode observar na citação a seguir:

Um novo apartheid, mesmo que mais favorável aos afro-descendentes do que a situação atual, pode perfeitamente incentivar o preconceito e criar situações permanentes de conflito étnico. Não creio que essa seja uma solução factível e nem aceita pelo conjunto da população que reconhece sua ascendência africana.

⁵ São instigantes os fatos de o *Movimento Negro Socialista* (MNS) ter sido criado no dia 13 de maio de 2006 e o de que o manifesto contrário às cotas tenha sido entregue no dia 29 de junho do mesmo ano. Além disso, não pode passar despercebida a data de 13 de maio (Abolição da Escravidão), questionada por praticamente todas as organizações do movimento negro brasileiro, pelo menos a partir de sua reestruturação no final da década de 1970, que preferem ressaltar o dia 20 de maio – data da morte de Zumbi dos Palmares –, transformado no *Dia da Consciência Negra*, para a criação desse recentíssimo movimento social. Para maiores detalhes sobre a organização, consultar a página http://www.otrabalho.org.br/mov_negro.htm.

Magnoli (2006), em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, no dia 25 de abril de 2006⁶, utiliza a expressão *ovo da serpente*, ao se referir às mudanças que as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial podem provocar na sociedade brasileira:

No Brasil nós estamos assistindo ao início desse processo [construção de identidades], é o ovo da serpente, o Estado brasileiro adotou uma ideologia racial, decidiu que vai classificar os cidadãos em todos os seus documentos [...]. decidiu que a partir de agora os brasileiros se identificarão por raças inventadas de cima para baixo (Magnoli, 2006, grifo meu).

As ações afirmativas não dariam certo no Brasil, segundo as avaliações desses estudiosos, devido a particularidades específicas do nosso país. Uma delas é o fato de que esses autores acreditam que, no Brasil, não houve discriminação do ponto de vista legal ou que, aqui, nunca existiu ódio ou conflito racial. De acordo com essa visão, o Brasil é um país mestiço, híbrido e não “feito de grupos étnicos estanques” (Fry, 2005).

Essa interpretação vai ao encontro do último ponto referente à tese da ameaça: ela geralmente encontra-se associada “com imagens mentais fortemente enraizadas” (Hirschman, 1992, p. 104), que envolvem, de maneira intensa, um imaginário social há muito tempo instituído. A tese da ameaça “requer como pano de fundo um cenário no qual exista a memória viva de realizações anteriores altamente apreciadas” (Hirschman, 1992, p. 107). No debate sobre as cotas no Brasil, toca-se, especialmente, em uma imagem de nação até então considerada altamente positiva. A implementação de políticas de ação afirmativa implica colocar em dúvida o discurso harmonioso sobre a formação do Brasil. Muitas matrizes interpretativas sobre a formação da nação brasileira – como, por exemplo, a obra de Freyre e, mais recentemente, a retomada que Fry (2005) faz das ideias do sociólogo pernambucano –, auxiliaram na criação e manutenção de um imaginário em que a constituição do país aparece como um processo não conflitivo, no qual as desigualdades são reinterpretadas de maneira positiva. Segundo os autores solidários a esse pensamento, as ações afirmativas afetam diretamente esses princípios de convivência fraterna e provocam conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, fato que, para eles, não ocorria anteriormente. É o que demonstra a citação a seguir:

As medidas pós-Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da população negra, rompem não só com o a-racismo e o antirracismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que define o Brasil como o país da mistura, ou, como preferia Gilberto Freyre, do hibridismo. Ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, negros e brancos (Maggie e Fry, 2004, p. 68).

Os discursos eloquentes relacionados à mestiçagem como uma das características que confere originalidade, distinção e identificação ao Brasil, são reproduzidos numa variedade de publicações posteriores. No livro *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo* (Fry et al., 2007), organizado por Fry, Maggie, Maio, Monteiro e Santos, há um conjunto de citações de vários autores que se referem à transformação e/ou destruição de concepções profundamente enraizadas no imaginário nacional. A publicação, cujo título não poderia ser mais ilustrativo, demonstra com nitidez a opção dos autores pela retórica da ameaça. Já no preâmbulo do livro, Sorj et al. (2007, p. 14) alertam para o perigo contido nas políticas de ação afirmativa. Em relação à entrega do manifesto, assim se pronunciam:

A repercussão da entrega da carta gerou um intenso debate sobre os dois projetos na medida em que falam sobre o país que queremos ter e mexem com concepções caras ao povo brasileiro. Os projetos pretendem, em suma, transformar a nação brasileira em uma nação dividida em duas metades – uma feita de brancos e a outra, de negros. Trata-se de uma proposta de engenharia social que torna a racialização da sociedade legal e obrigatória (Sorj et al., 2007, p. 14).

Sorj et al. (2007) indicam que a suposta cordialidade existente no Brasil advém do processo de miscigenação existente no país desde a sua colonização. A miscigenação – a mistura, a mestiçagem – é a principal herança que confere positividade ao nosso passado, ao presente e, quiçá, ao futuro. Ela também é responsável pelo processo não conflituoso de integração nacional. É importante assinalar que esses autores não recorrem mais ao conceito de democracia racial como forma de aludir ao sistema flexível de classificação e de relações raciais, o qual, segundo eles, atua no país. Tal conceito é substituído pelo de mestiçagem. Em vista disso, Góes (2007, p. 59) se pronuncia: “O Brasil pode vir a se tornar um país dividido entre negros e brancos, sim, trocando a valorização da mestiçagem pelo orgulho racial”.

É preciso analisar o ambiente acadêmico em que a visão de um Brasil mestiço foi e continua sendo produzida. A discussão de políticas de ação afirmativa nas universidades, em especial, das cotas para estudantes negros, de acordo com a antropóloga Segato (2006, p. 233), demonstra dificuldade de aceitação dentro do ambiente acadêmico, de que dissidências de ordem ética e política não se resumem a problemas de etiqueta. Ou seja, da mesma forma que a teoria da mestiçagem evita o afloramento de identidades étnicas e políticas distintas, de disputas entre projetos diferentes de nação, também se tenta evitar, no meio acadêmico, o afloramento de visões e projetos de mundo antagônicos, de diferenças entre valores e sensibilidades éticas em relação aos problemas vivenciados no país.

O episódio das cotas traz para as ciências sociais brasileiras um desafio inédito marcado por uma crise de representação, se-

⁶ Depoimento proferido em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, realizada com o objetivo de discutir a reserva de vagas no ensino público superior federal, em 25 de abril de 2006. Gravação em fita VHS, enviada pela Assessoria de Comunicação da Câmara dos Deputados.

gundo a análise de Carvalho (2005-2006, p. 102). Para o autor, as ciências sociais brasileiras vivenciam uma crise da desneutralização racial do campo acadêmico. Ainda de acordo com a interpretação de Carvalho (2005-2006), os cientistas sociais brasileiros sempre expressaram forte rejeição ao racismo existente na sociedade, mas nunca questionaram o ambiente acadêmico de confinamento racial no qual eles próprios estavam inseridos. Em outras palavras, o autor chama a atenção para os espaços institucionais brancos em que se transformaram as universidades brasileiras, sem que houvesse protestos ou, pelo menos, estranhamento dos cientistas sociais encarregados de elaborar explicações sobre o Brasil. Ele coloca em xeque, enfim, as interpretações feitas pelos cientistas sociais brasileiros brancos e a sua pretensa neutralidade axiológica. A principal consequência da discussão sobre a implementação de cotas nas universidades federais do país é a inevitabilidade dos posicionamentos (Carvalho, 2005-2006) de cientistas sociais a partir de seus locais de produção de conhecimento.

A retórica progressista no pensamento acadêmico brasileiro em relação às políticas de ação afirmativa

Podem-se citar, no campo da retórica progressista, vários intelectuais, nomes de maior destaque em nível nacional, que se pronunciaram sobre o tema em diferentes espaços: o antropólogo José Jorge de Carvalho (UnB), a antropóloga Rita Segato (UnB), o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (UFGRS), o sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (USP) e o economista Marcelo Paixão (UFRJ). Outros cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas também podem ser ressaltados, embora suas publicações não sejam aqui analisadas, como a socióloga Ilse Scherer-Warren (UFSC), a antropóloga Ilka Boaventura Leite (UFSC), o físico Marcelo Tragtenberg (UFSC), a pedagoga Vânia Beatriz Monteiro da Silva (UFSC), a Procuradora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Dora Lúcia Bertúlio, entre outros.

É importante esclarecer que, nesta pesquisa, não foram encontradas, nas publicações e palestras dos autores pesquisados, todas as contrapartidas da retórica conservadora. Assim, o esquema elaborado por Hirschman foi utilizado com algumas alterações.

A invocação da crise desesperadora

A antítese à tese da perversidade é proclamar que não há o que preservar das instituições ou da situação anterior. Portanto, não há por que ter cautela quanto a reformas, conforme desejam os conservadores. Nesse caso, os progressistas desconsideram o conceito de consequências involuntárias das ações humanas e acreditam em sua própria capacidade de controle. De acordo com Hirschman (1992), em muitas situações em que há um recrudesci-

cimento do discurso conservador, ocorre, em contrapartida, um aumento de escritos considerados radicais.

A antítese que apareceu com maior frequência entre os autores que compartilham a retórica progressista é a invocação da situação de crise desesperadora. De acordo com o Manifesto *Em favor da lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial* (Manifesto, 2006), entregue aos deputados e senadores do Congresso Brasileiro, o sistema universitário brasileiro já é segregado o suficiente e não há mais o que piorar quando comparado a outros:

Colocando o sistema acadêmico brasileiro em uma perspectiva internacional, concluímos que nosso quadro de exclusão racial no ensino superior é um dos mais extremos do mundo. [...] a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do apartheid, era muito maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias de hoje. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6% do total da população. Se os Deputados e Senadores, no seu papel de traduzir as demandas da sociedade brasileira em políticas de Estado, não intervierem aprovando o PL 73/99 e o Estatuto, os mecanismos de exclusão racial embutidos no suposto universalismo do estado republicano provavelmente nos levarão a atravessar todo o século XXI como um dos sistemas universitários mais segregados étnica e racialmente do planeta! E, pior ainda, estaremos condenando mais uma geração inteira de secundaristas negros a ficar fora das universidades, pois, segundo estudos do IPEA, serão necessários 30 anos para que a população negra alcance a escolaridade média dos brancos de hoje, caso nenhuma política específica de promoção da igualdade racial na educação seja adotada.

Pode-se concluir, portanto, que todos esses autores invocam uma péssima situação de vida da população negra em relação a diferentes situações, como forma de comprovar a necessidade de aplicação de políticas de ação afirmativa.

Estamos perdendo o trem da história

As outras antíteses elaboradas por Hirschman como contrapartidas à tese da ameaça e à tese da futilidade, ou seja, a ilusão da sinergia e a tese do perigo iminente, não foram localizadas nos argumentos dos intelectuais favoráveis às ações afirmativas selecionados para a análise. No entanto, outra antítese à retórica conservadora foi observada e pode ser acrescentada ao esquema proposto pelo autor: a de que *estamos perdendo o trem da história*. Ela se assemelha à invocação da crise desesperadora, ao apontar as péssimas condições em que se encontra o país, no que se refere às desigualdades raciais, mas difere um pouco daquela no sentido de adotar muito mais uma perspectiva comparativa do que propriamente a de desastre. Também se pode considerá-la similar à contrapartida à tese da futilidade de ter a história "do nosso lado", visto que os autores favoráveis às ações afirmativas mostram como outros países conseguiram atingir um maior nível de integração racial no sistema universitário, já que acionaram políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, pode-se concluir que

"estamos perdendo o trem da história" por não se adotarem tais políticas. De igual forma se verifica que a História está do lado daqueles que implementaram tais medidas.

No caso do ensino universitário brasileiro, fica explícito o quanto se está distante, em termos democráticos e de integração racial, em relação a outros países. Assim se expressa Carvalho (2006)⁷, em um seminário organizado pela UFSC para discutir o tema das ações afirmativas:

Nós demoramos demais para intervir em nosso sistema universitário, para integrá-lo racialmente. Nós perdemos décadas inteiras, em que teria sido mais fácil de fazê-lo e com resultados melhores. Nós estamos chegando tarde e talvez sejamos um dos únicos países do planeta multirraciais numa proporção tão alta, que deixamos passar um século de exclusão racial sem abrir a boca sobre isso praticamente, tô falando de dentro da academia. Não que o movimento negro não tenha colocado isso inúmeras vezes ao longo do século. Mas dentro do mundo acadêmico, um assunto silenciado o tempo todo.

Conclusão

No prefácio de seu livro, Hirschman (1992, p. 10) conta uma história sobre como as sociedades democráticas podem chegar ao ponto que grupos, com opiniões diferentes, se fechem, até que, em um determinado momento, cada grupo pergunta sobre o outro: "Como foi que eles chegaram a ser assim?". É justamente com essa incompatibilidade de posições que se está lidando e, mesmo em uma sociedade democrática, ela não é fácil de resolver.

A discussão sobre a implementação de cotas no Brasil provocou uma polêmica que desafiou de forma inusitada o campo acadêmico. Decorre disso a necessidade de compreender melhor o funcionamento desse campo e a posição dos agentes que dele fazem parte. Apesar de o campo científico possuir determinado grau de autonomia, percebe-se que as questões políticas o afetam diretamente, o que se torna ainda mais evidente nas ciências sociais. Intelectuais e cientistas utilizam-se da retórica como uma forma discursiva de obter a adesão e o convencimento de diversos tipos de auditórios especializados ou não.

O antagonismo entre a retórica conservadora e a retórica progressista foi representado por diversas teses e antíteses. No caso da retórica conservadora, predominou a tese da ameaça, que prevê cenários assustadores para o Brasil, caso as políticas de ação afirmativa se concretizem. De acordo com essas previsões, o país é dividido entre negros e brancos, um Brasil racializado substituiria a nação morena tão acalentada por Freyre e seus seguidores. Quanto à retórica progressista, a tese que apareceu com maior frequência foi a da situação de

crise desesperadora, apontada pela maioria dos autores, que faz referência à péssima situação social da população negra no país em relação à branca, especialmente quanto ao acesso ao ensino superior.

Três importantes conclusões podem ser retiradas do embate entre os intelectuais brasileiros a respeito das ações afirmativas. Uma delas é a de que está ocorrendo uma cisão nas ciências sociais brasileiras, que indica uma forte disputa entre discursos díspares sobre a formação da nação, seus mitos integradores e as possibilidades práticas e teóricas para o futuro do país. Outra diz respeito ao papel do intelectual nas questões políticas e na adoção de políticas sociais. E, por fim, a terceira conclusão destaca que a postura dos intelectuais contrários às cotas, muito mais que uma posição racista (afinal todos os autores que tratam do tema denominam-se antirracistas), demonstra uma resistência à mudança da atual configuração do campo acadêmico brasileiro. É o medo (real ou imaginário) das consequências involuntárias que caracteriza a rejeição às mudanças e consolida uma posição conservadora.

Em relação à primeira conclusão, a cisão das ciências sociais brasileiras torna-se explícita na classificação feita por Costa (2006). Para o autor, o antirracismo no Brasil compreende, principalmente, duas posturas acadêmicas: aquela representada pelo que ele classifica de estudos raciais, e a outra, constituída pelos seus críticos, em sua maioria, antropólogos. De acordo com a classificação proposta pelo autor, os estudos raciais, influenciados por pesquisadores norte-americanos e por brasileiros que estudaram nos Estados Unidos, caracterizam-se pela centralidade conferida à categoria raça e pela adoção de uma perspectiva analítica que introduz o evolucionismo na análise comparativa entre a organização política dos negros no Brasil e nos Estados Unidos. Dessa forma, os padrões de relações entre brancos e negros no Brasil se mostram atrasados, tanto cultural quanto cronologicamente, em relação aos norte-americanos. Os principais instrumentos da luta antirracista, para os pesquisadores dos estudos raciais, são, naturalmente, as ações afirmativas.

Os críticos aos estudos raciais se opõem à imagem de uma sociedade dividida entre brancos e negros; procuram mostrar que, no Brasil, predomina uma cultura inclusiva, além de uma história que tem por base a assimilação e não a segregação. Esses críticos concentram-se, especialmente, na antropologia e se opõem às ações afirmativas, porque essas medidas, além de enfatizar a consciência racial, desestabilizam a noção de uma cidadania universal que é a melhor referência à integração dos brasileiros.

Ainda em relação ao processo de ruptura na academia brasileira, pode-se afirmar, junto com Bourdieu (2003), que, nas ciências sociais, há uma disputa entre aqueles que aspiram à

⁷ O Seminário sobre *Cotas e Ações Afirmativas na UFSC* foi organizado pela Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial para ingresso na UFSC/Processo Vestibular e realizado no dia 1.º de junho de 2006. O Seminário contou com a participação de vários convidados externos e teve como objetivo conhecer as experiências de implementação de políticas de ação afirmativa de outras universidades. O antropólogo José Jorge de Carvalho se pronunciou na mesa de abertura. A transcrição parcial da fita foi realizada pela pesquisadora Karine Pereira Goss.

manutenção das estratégias de conservação com a finalidade de perpetuar a ordem científica da forma como ela se encontra e aqueles que se orientam por estratégias de subversão. Bourdieu (2003) denomina esses dois grupos – que concorrem em um campo de luta desigual – de dominantes e novatos. Talvez não seja essa a denominação adequada para o caso aqui tratado, mas é possível constatar que ocorre um rompimento explícito com discursos de autores clássicos do pensamento social brasileiro, os quais pareciam consolidados. A recorrência a matrizes teóricas, que enfatizam a mestiçagem, a afetividade nas relações sociais e a exaltação do equilíbrio entre diferentes, está definitivamente sendo colocada à prova. Tais discursos passam por uma desestabilização e, em seu lugar, surgem novas interpretações, possivelmente provenientes de uma ordem científica herética, a qual rompeu com acordos tacitamente aceitos no campo científico até então. É exatamente esse golpe de força que se encontra em andamento, que afeta o ambiente acadêmico e se expande para outros domínios.

Segundo os termos de Bourdieu (2004), encontra-se em curso uma luta pelo poder de impor no interior do campo científico brasileiro, especialmente no das ciências sociais, uma nova definição de ciência e do que seja científico. Nesse sentido, são utilizadas estratégias diferentes pelos dois grupos em disputa. Enquanto os partidários da retórica conservadora partem da posição de uma ausência de ponto de vista, visando a uma pretensa objetividade, ou seja, uma atitude de distanciamento e de uma neutralidade preservada, os autores que compartilham da retórica progressista não disfarçam seu engajamento político e sua aliança com setores organizados da sociedade civil, como as organizações do movimento negro.

Quanto à segunda conclusão, o que se destaca é uma antiga discussão a respeito do papel dos intelectuais e de sua relação com a política. No caso da retórica conservadora, é mantida uma estratégia discursiva que disfarça os compromissos políticos, aquilo que Bourdieu (2003) denomina de uma posição desinteressada – o interesse no desinteresse. Já no caso da retórica progressista, o caráter político da discussão é, a todo o momento, marcado. Presume-se, portanto, que há, pelos menos, duas concepções de ciência defendidas pelos dois grupos. Uma delas, relacionada à retórica conservadora, parte do pressuposto de que a racionalidade científica ainda pode regular a sociedade com base em seus princípios cognitivos, sem levar em conta o que pensam os diferentes auditórios afetados pelas suas formas de racionalidade. Conforme Santos (2000, p. 84), "a consagração da ciência moderna nestes últimos quatrocentos anos naturalizou a explicação do real, a ponto de não o podermos conceber senão nos termos por ela propostos". A outra perspectiva, adotada pelos intelectuais que compartilham a retórica progressista, parte da prerrogativa de que a ciência deve executar uma transição paradigmática que vise à construção daquilo que Santos (2000) denomina de conhecimento-emancipação, o qual deve se elaborar fundamentado em tradições até então marginalizadas da ciência moderna ocidental. Nesse sentido, o autor sugere que a retórica pela qual o campo científico se comunica com seus auditórios deve ser radicalmente reconstruída. Nessa novíssima retórica,

o que deve ser intensificado é, especificamente, sua dimensão dialógica. A polaridade existente entre o orador e o auditório deve transformar-se em uma sequência de posições em que possam, efetivamente, ocorrer trocas recíprocas. O resultado dessa transformação será um processo de "intercâmbio argumentativo verdadeiramente inacabado" (Santos, 2000, p. 105), visto que tanto o orador pode transformar-se em auditório quanto o auditório, em orador. Nesse caso, o convencimento será sempre contingente e reversível.

Em relação à terceira conclusão, que aborda a resistência de uns intelectuais ou o apoio de outros à adoção de políticas de ação afirmativa, pode-se afirmar que ela está relacionada à forma pela qual se trata a questão racial na academia. Conforme comprova Carvalho (2005–2006), essa questão é invariavelmente postergada nas discussões, silenciada e, muitas vezes, quando o tema aparece, se instaura uma censura discursiva ou um disfarce para que posicionamentos claros sejam evitados e para que a tensão não venha à tona. A temática racial não é bem-vinda e, quando discutida, é preferível que se faça referência à realidade além dos muros universitários. O problema da não modificação do ambiente acadêmico brasileiro e do não tratamento adequado da discriminação racial é que permanecerá em reprodução um *modus operandi* racista. O racismo aqui é entendido não somente como aquele sistema que violenta e discrimina o outro, mas que mantém o privilégio de um grupo sobre o outro, indeterminadamente. Nesse sentido, a partir da análise de Bento (2002), a discriminação racial pode originar-se no desejo de manter determinados privilégios e não somente em processos que recorrem diretamente ao preconceito. Em relação à aplicação de cotas nas universidades, parece predominar a discriminação racial baseada no interesse, com o objetivo de manter um privilégio, embora o preconceito esteja obviamente presente. A ideia recorrente é a de que as vagas universitárias já estão preestabelecidas, principalmente naqueles cursos considerados de alto prestígio, para estudantes cujas famílias – de maioria branca e de classes sociais economicamente privilegiadas – têm como horizonte a formação dos filhos em universidades federais. O fato de se promover uma política de democratização das vagas, para a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas e, principalmente, de estudantes negros e indígenas, provoca uma fissura em um círculo que há muito tempo se repete.

O debate atual exige o direito à escuta de grupos sociais marginalizados historicamente, que solicitam sua presença na arena das lutas políticas, não somente como espectadores. Esses novos sujeitos não visam atualizar o racismo ou racializar a sociedade, mas se recusam a esquecer as marcas da exclusão. Essas marcas estão assinaladas, prioritariamente, pelo não acesso aos territórios e à escolaridade (Leite, 2008). Além disso, cada um, envolvido nesse debate, deve observar seu lugar de enunciação e responder por que um lugar deve ser mais reconhecido que o outro. Não podem ser utilizados critérios diferentes de legitimidade quando todos os atores, afinal de contas, participam na mesma luta política. A assimetria entre intelectuais/especialistas/cientistas e ativistas de movimentos sociais/comunidades qui-

lombolas/estudantes negros permanecerá, enquanto a fala dos primeiros for considerada superior à daqueles que não possuem o acesso às mesmas estratégias discursivas e retóricas marcadas pela crítica especializada.

Referências

- ANJOS, J.C. dos. 2005. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: I.B. LEITE (org.), *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, NUER/ABA, p. 89-112.
- AZEVEDO, C.M.M. de. 2005. Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos? *Horizontes Antropológicos*, 23:222-224.
- AZEVEDO, C.M.M. de. 2004. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexão sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 143 p.
- BENTO, M.A.S. 2002. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. CARONE; M.A.S. BENTO, *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, p. 25-58.
- BOBBIO, N. 1997. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 187 p.
- BOURDIEU, P. 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, UNESP, 86.
- BOURDIEU, P. 2003. O campo científico. In: R. ORTIZ (org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D'Água, p. 7-20.
- CARVALHO, J.J. de. 2006. *Cotas e Ações Afirmativas na UFSC*. Florianópolis, 01 jun. 2006. Palestra preferida no Seminário.
- CARVALHO, J.J. de. 2005-2006. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, 68.
- COSTA, S. 2006. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte, UFMG, 245 p.
- DURHAM, E. 2003. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades. *Novos Estudos CEBRAP*, 66:3-22.
- FRY, P.; MAGGIE, Y.; MAIO, M.C.; MONTEIRO, S.; SANTOS, R.V. (orgs.). 2007. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 364 p.
- FRY, P. 2006a. Transcrição integral da fita – feita pela pesquisadora – da Mesa Redonda promovida pela ABA: As novas inflexões raciais no Brasil. *58ª Reunião Anual da SBPC*. Auditório Laranjeira: Centro de Cultura e Eventos – UFSC.
- FRY, P. 2006b. Antropólogo defende cotas sociais. *O Liberal*. Belém, 10 jul., p. 08.
- FRY, P. 2005. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre a Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 350 p.
- FRY, P. 2003. Introduzindo o racismo. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 mar.
- GOÊS, J.R.P. de. 2007. O racismo vira lei. In: P. FRY; Y. MAGGIE; M.C. MAIO; S. MONTEIRO; R.V. SANTOS (orgs.), *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 57-62.
- HIRSCHMAN, A.O. 1992. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras, 152 p.
- LATOUR, B. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, UNESP, 439 p.
- LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Editora 34, 73 p.
- LEITE, I.B. 2008. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: T. RIFIOTIS; T.H. RODRIGUES, *Educação em Direitos Humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis, Ed. da UFSC, p. 89-114.
- MAGGIE, Y.; FRY, P. 2004. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, 18(50):67-80.
- MAGGIE, Y. 2006. Estatuto criaria "racismo de Estado", diz antropóloga. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jul., p.12.
- MAGNOLI, D. 2006. *Audiência pública na Câmara dos Deputados para a discussão da reserva de vagas no ensino público superior federal*. Gravação em fita VHS. Brasília. 25 abr.
- MANIFESTO. 2006. *Manifesto em favor da lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*. 3 jun.
- MIRANDA, J.C. 2007. Um estatuto para dividir e cotas para iludir. In: P. FRY; Y. MAGGIE; M.C. MAIO; S. MONTEIRO; R.V. SANTOS (orgs.), *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 315-324.
- SANTOS, B. de S. 2005. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo, Cortez, 96 p.
- SANTOS, B. de S. 2004. Introdução. In: SANTOS, B. de S. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo, Cortez, p. 17-58.
- SANTOS, B. de S. 2000. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 504 p.
- SANTOS, B. de S. 1989. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 176 p.
- SEGATO, R.L. 2006. Raça é signo. In: A. AMARAL JR.; J. de A. BURITY (orgs.), *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo, Annablume, p. 215-235.
- SORJ, B.; MIRANDA, J.C.; MAGGIE, Y. 2007. Preâmbulo. In: P. FRY; Y. MAGGIE; M.C. MAIO; S. MONTEIRO; R.V. SANTOS (orgs.), *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 13-16.

Submetido em: 15/04/2009

Aceito em: 01/06/2009